

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE**

ALINE MARQUES ALVES

Uma Análise da Pobreza Estrutural da Região Nordeste do Brasil nos anos de 1995,
2005 e 2015.

Caruaru
2018

ALINE MARQUES ALVES

Uma Análise da Pobreza Estrutural da Região Nordeste do Brasil nos anos de 1995,
2005 e 2015.

Trabalho apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas pela Universidade
Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico
do Agreste, sob a orientação da Prof.^a Dra.
Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa.

Caruaru
2018

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier - CRB/4 - 1242

A474a Alves, Aline Marques.
Uma Análise da Pobreza Estrutural da Região Nordeste do Brasil nos anos de 1995, 2005 e 2015. / Aline Marques Alves. - 2018.
36f.; il.: 30 cm.

Orientador: Lucilena Ferraz Castanheira Correa.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2018.
Inclui Referências.

1. Pobreza. 2. Desigualdade regional - Brasil. 3. Brasil, Nordeste. I. Correa, Lucilena Ferraz castanheira (Orientadora). II. Título.

330 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2018-064)

ALINE MARQUES ALVES

Uma Análise da Pobreza Estrutural da Região Nordeste do Brasil nos anos de 1995, 2005 e 2015.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco para a obtenção do grau/título de bacharel/licenciado em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 20/06/ 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. José Valdecy Guimarães Júnior

(NG/ UFPE / CAA)

Prof^o. Dr. Márcio Miceli Maciel de Souza

(NG/ UFPE / CAA)

Á Deus

A minha Família

Aos meus amigos

E todos que acreditaram em mim!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ser meu guia, por toda força e luz nos momentos difíceis e por dar-me à oportunidade de vivenciar mais uma conquista.

Aos meus queridos pais, Erivaldo e Luciana que sempre estiveram ao meu lado me motivando e mostrando que é necessário muito esforço e força de vontade para alcançarmos nossos objetivos e a meus irmãos Allyce e Allysom que sempre acreditaram e me deram força nesse período.

À Professora Dr^a. Lucilena Castanheira que contribuiu com grande conhecimento e apoio desde o projeto até a conclusão deste trabalho, sendo paciente, atenciosa em todos os momentos. Meus agradecimentos, que com todo seu conhecimento e experiência me apontou mudanças e acréscimos necessários.

Agradeço de forma especial aos Professores Márcio Miceli e Valdecy Jr. que participaram da banca de defesa desta monografia e fizeram importantes comentários e contribuições.

Aos meus amigos de curso, Lívia, Guilherme, Rafaela, Andréia, Roger, Layane, Leonardo, Murilo e Yslany por todo apoio e incentivo nessa jornada que trilhamos juntos. De modo especial ao meu amigo Sivanildo, que mesmo de perto ou estando longe dividiu comigo muitas lutas e alegrias nessa caminhada.

À Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru (PE) junto com o departamento de Economia, pela oportunidade e aprendizado pessoal. A todos os professores, meu muito obrigado. Concluo esta etapa, porém, carrego para sempre seus ensinamentos.

Por fim, às pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo desses anos. Que de forma direta ou indiretamente contribuíram para a minha formação acadêmica.

RESUMO

Os elevados níveis de pobreza são adversidades com os quais o Brasil tem convivido ao longo de sua história. Nesse sentido, inúmeras políticas públicas para o enfrentamento desse problema social foram adotadas pelo Governo Federal. Porém, ainda é notável a persistência da desigualdade social e econômica, tanto a nível inter-regional, como intra-regional. Diante dessa perspectiva, através dos Microdados da Pesquisa Nacional de Domicílios e da filtragem destes, mediante o software estatístico Stata 2012, o atual trabalho tem como objetivo analisar a pobreza de contornos estruturais na Região Nordeste do Brasil, nos anos de 1995, 2005 e 2015. Como resultado, percebeu-se que mesmo existindo condições de melhora entre os principais indicadores para região Nordeste, observa-se que quando comparada com o nível nacional, esta região apresenta fragilidade econômicas e sociais persistentes, sinalizando um problema de caráter estrutural.

Palavras Chaves: Pobreza Estrutural. Desigualdade Regional. Nordeste Brasileiro.

ABSTRACT

The high levels of poverty are adversities with which Brazil has lived along its history. In this sense, numerous public policies to address this social problem were adopted by the Federal Government. However, the persistence of social and economic inequality, both at an interregional and intra-regional level, is still noteworthy. In view of this perspective, through the Microdata of the National Survey of Households and the filtering of these, through statistical software Stata 2012 the current work aims to analyze the poverty of structural contours in the Northeast of Brazil, in the years 1995, 2005 and 2015. As a result, it was observed that even if there are conditions for improvement among the main indicators for the Northeast region, it is observed that when compared to the national level, this region presents persistent economic and social fragility, signaling a structural problem.

Key words: Structural Poverty. Regional Inequality. Northeast Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Números e proporção de pobres na região Nordeste, estados nordestinos e Brasil 1995- 2014.

Figura 2 - Evolução da renda domiciliar per capita para a região Nordeste, estados Nordestinos e Brasil 1995- 2015.

Figura 3 - Evolução do índice de Gini nas cinco Regiões e no Brasil – 1995-2014.

Figura 4- Evolução do IDH-M Brasileiro e Nordestino, 1991-2010.

Figura 5 - Condições Sociais do Chefe de família na Região Nordeste, e para o Brasil nos anos 1995, 2005 e 2015.

Figura 6 - Condições de Moradia na Região Nordeste e no Brasil nos anos de 1995, 2005 e 2015.

Figura 7 - Condições no Mercado de Trabalho na Região Nordeste e no Brasil nos anos de 1995, 2005 e 2015.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Objetivos gerais	12
1.2	Objetivos específicos	12
1.3	Estrutura do trabalho	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1	Conceitos de Pobreza	13
2.2	Pobreza Sob a ótica das dimensões estruturais	15
2.3	Pobreza na Região Nordeste do Brasil	18
3	METODOLOGIA	25
4	ANALISES DE RESULTADOS	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
	REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

A noção de pobreza não deve ser analisada sob uma forma única, pois a mesma se mostra altamente complexa. Diante dessa complexidade o enfrentamento desse estágio de forte privação social e econômica desponta como cerne de várias discussões na literatura tanto no âmbito nacional como internacional. Segundo Santana (2012), no Brasil, a persistência da pobreza ainda se dá de forma severa desde sua colonização até os dias atuais.

Ao analisar essa discussão em período mais recente pode-se citar Oliveira, Souza e Junior (2012) que defendem que a partir da primeira década de 2000, especialmente a partir de 2003, os marcadores da pobreza reduziram sob a ótica de melhorias nas condições de vida em todas as macrorregiões brasileiras. No entanto, destacam que a região Nordeste brasileira, ainda apresenta maior concentração de indivíduos pobres no país.

Essa realidade pode ser confrontada com dados apresentados pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS, 2014), quando se analisa a porcentagem de pobres¹, identifica-se que a região Nordeste entre os anos de 1995, 2005 e 2014, foi verificado uma redução de aproximadamente 54,19% e no Brasil essa redução foi da ordem de 60%, ou seja, a região apresentou uma trajetória declinante, porém com menos intensidade do que verificado no país como um todo.

Diante destas perspectivas é notável que apesar do governo federal adotar ao longo dos anos políticas públicas de transferências de renda no intuito de sanar este problema, os resultados ainda não conseguiram apresentar melhoras estruturadoras nas condições de vida da população alvo dessas políticas.

Segundo Santana (2012), tal fato pode ser explicado devido à própria formulação destas políticas, pois algumas foram formuladas analisando a pobreza somente sob a ótica unidimensional, a renda. Não buscando um estudo mais detalhado desse problema social, ou seja, uma análise das características multidimensionais que sinaliza um cenário em que a pobreza apresenta contornos estruturais.

De acordo com Santana et. all (2012) a concepção de pobreza sob a abordagem monetária só centra na disponibilidade ou não da renda que o indivíduo possui diante de um determinado padrão de vida vivenciado por uma sociedade. Essa renda como

¹ É utilizado como parâmetro a renda per capita domiciliar.

variável principal nos estudos que abordam a pobreza centrando somente em determinado valor monetário utiliza vários medidores, tais como: o salário mínimo; renda domiciliar *per capita*, renda familiar *per capita*, etc.

No entanto, essa abordagem na qual o foco se estrutura somente no caráter unidimensional da pobreza, passou a ser questionada como em vários estudos, o que merece destaque aqui é do economista indiano Amartya Sen² no início dos anos de 1980 (CORRÊA, 2013).

Silva (2002) defende que ao compreender determinadas variáveis sociais que estão presentes na caracterização da pobreza, essa ação passa a ser um instrumental de grande importância para direcionar políticas públicas mais eficientes, de modo que se consiga reduzir os efeitos adversos desta situação de privação histórica tanto social como econômica.

Diante destas percepções, considera-se que os estudos empíricos sobre o tema evoluíram, nas últimas décadas, tanto no que se referem ao caráter unidimensional quanto aos que avançam na perspectiva multidimensional.

Mas, levando em consideração a região nordestina ainda existem poucos trabalhos desenvolvidos sob a visão multidimensional, mesmo sendo este um assunto de extrema relevância para a definição de políticas públicas dos governos nas três esferas: locais, regionais e federais (ALENCAR, 2012).

Nesse sentido umas das análises desse cenário desigual entre regiões no território brasileiro, é quando se parte para a análise do nível de educação. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no ano de 2006, enquanto no Brasil somente 12,42% da sua população ainda não era alfabetizada, na Região Nordeste essa porcentagem salta para 22,08%, a maior entre todas as Unidades Federativas³ estudadas.

Silva (2003), conclui que a melhoria no sistema educacional através de políticas públicas eficientes resulta melhores oportunidades de trabalho no futuro, e consequentemente a redução dos níveis de pobreza inter-regional no país

Outra análise que pode ser considerada é em relação às questões básicas de moradia. Segundo Caldas e Sampaio (2009), a região Nordeste apresenta resultados bem menos satisfatórios do que as demais regiões do país. Segundo os autores, ao

² Ganador do Prêmio Nobel de Economia em 1998 pela sua contribuição sobre a economia do bem-estar, na obra “Desenvolvimento como Liberdade”.

³ Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

analisar as três variáveis de habitação (acesso a energia elétrica, saneamento e água canalizada), é possível concluir que enquanto as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste possuem menos de 0,5% de suas famílias sem acesso à energia elétrica, o Norte e Nordeste apresentam 3,97% e 2,43%, respectivamente. Quando analisam acesso à água canalizada, Norte e Nordeste possuem 18,97% e 17,16% de suas famílias sem acesso a esse bem, respectivamente. Enquanto isso, as demais regiões apresentam percentuais bastante pequenos: 1,38% (Sudeste), 1,29% (Sul) e 2,93% (Centro-Oeste). Com relação ao acesso a saneamento, a situação também não é diferente, sendo 6,96% das famílias na região Norte e 9,78% no Nordeste, enquanto apenas 0,60% no Sudeste, 0,98% no Sul e 0,85% no Centro-Oeste.

Diante dessa perspectiva, o atual trabalho vem se colocar como um instrumento para levantar a discussão sobre a pobreza de caráter estrutural no Nordeste brasileiro, nos anos de 1995, 2005 e 2015. Para tanto, emprega dados extraídos dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Objetivo Geral

Analisar a pobreza de contornos estruturais na Região Nordeste do Brasil, nos anos de 1995, 2005 e 2015.

1.1 Objetivos Específicos

- Identificar a condição de vida dos indivíduos, medidos aqui pelas características sociais: idade, educação, trabalho laboral, etc. e as condições mínimas de moradia;
- Verificar através de estatística descritiva o padrão de vida do “chefe de família” sob a ótica dessas características.

1.2 Estrutura do Trabalho

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos. Primeiramente é realizada uma introdução sobre assunto, destacando tema, justificativa, objetivo geral e específicos, e a estrutura do trabalho. O segundo capítulo é apresentado o referencial

teórico, no qual da - se um panorama geral de conceitos e estudos sobre a pobreza no Nordeste Brasileiro. O capítulo seguinte, é retratada a metodologia empregada na pesquisa, mostrando as ferramentas e materiais usados. Dando continuidade a discussão, o quarto capítulo demonstrará os resultados obtidos bem como a discussão sobre estes resultados. Finalmente, as considerações finais serão expostas no capítulo seguinte.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A pobreza não é um tema recente podendo ser facilmente identificada em qualquer período da história. Na ciência econômica, esse tema já estava presente no trabalho original de Adam Smith e, desde então, tem sido abordado e aprofundado, por diversas correntes do pensamento econômico (SILVA; LACERDA; NEDER, 2011).

No entanto, ao se aprofundar os estudos acerca do tema, foram surgindo vários conceitos para definir a pobreza, diante dessa discussão o atual estudo discorre sobre essas várias abordagens.

2.1 Conceitos de Pobreza

Segundo Rocha (2006), como definir o que é pobreza é estritamente difícil diante da sua complexidade. Levanta que esse estágio de privação social e econômico muitas vezes pode ser definido genericamente quando a situação na qual as necessidades básicas não são atendidas de forma adequada e, que esse atendimento muitas vezes está diretamente ligado a determinados padrões socioeconômicos de uma sociedade.

Corroborando com essa visão Pereira (2006) pontua que ao analisar a pobreza, faz se necessário considerar diferenças de várias ordens, tais como: econômicas, históricas e culturais entre localidades.

Diante disso, esse estágio de privação social e econômico, pode ser analisado sob duas óticas: unidimensional e multidimensional, este último conhecido também como estrutural. Sob a ótica unidimensional, a pobreza é analisada somente sob a perspectiva de insuficiência de renda. Onde o recurso monetário, representa um meio para adquirir bens essenciais cuja ausência indica uma situação de carência. Em outra frente de debate, a pobreza é discutida através de uma visão estrutural, ou seja, nessa

abordagem a pobreza é decorrente de várias limitações sociais, como: educação, moradia, saúde, bem-estar econômico, acesso a justiça, etc (CALDAS; SAMPAIO, 2009).

Nesse sentido, segundo Santana (2012) a abordagem que considera somente os recursos monetários são classificados dentro de determinadas linhas, tais como: linha de indigência (ou pobreza extrema), neste caso o indivíduo precisa atender pelo menos o mínimo das necessidades nutricionais para um ser humano poder viver, e a linha de pobreza acrescenta além das necessidades nutricionais, mais um amplo conjunto de necessidades como: saúde, educação, condições de moradia, entre outros.

No Brasil tem sido relativamente comum a utilização de múltiplos de salário mínimo como linha de pobreza, está será inserida nessa linha quando a família viver com renda *per capita* de meio salário mínimo, quando a família estiver vivendo com uma renda *per capita* de um quarto do salário mínimo é considerada extremamente pobre (ROCHA E SANTANA, 2006)

Nesse sentido, Oliveira, Souza, Junior, (2012) enfatiza algumas definições pertinentes para a operacionalização de abordagem sobre pobreza e que consideram as linhas de acordo com valores monetários para definir se o indivíduo é pobre ou não. Segundo os autores, a pobreza pode ser classificada como pobreza absoluta, pobreza relativa e pobreza subjetiva. Mencionam ainda que, a pobreza absoluta é observada quando o indivíduo não possui recursos monetários nem para o mínimo necessário para sua sobrevivência; a pobreza relativa é quando o indivíduo ou família, não consegue aferir uma renda que o insere no contexto do modo de vida predominante na sociedade e, a pobreza subjetiva está no contexto do sentimento que o indivíduo tem sobre a sua condição financeira perante o padrão de vida vigente na sociedade em que está inserido.

Sobre essas questões de abordagens para operacionalização do fenômeno da pobreza, Rocha e Hoffmann (2006) alegam que a pobreza absoluta e a relativa não possuem regras claras na literatura, pois padrão de vida difere de cada localidade ou país. Ou seja, em países desenvolvidos, alegam os autores, as necessidades tentem ser diferentes de países mais pobres ou em desenvolvimento.

Espínola; Santos; Andrade (2010) elenca que a pobreza subjetiva está na dificuldade de enumerar a própria subjetividade que está intrínseca na satisfação pessoal do entrevistado e como ele avalia a sua própria condição de ser pobre ou não.

Assim sendo, dado esse panorama geral de conceituações, destaca-se que tanto nas abordagens de pobreza absoluta, relativa ou subjetiva, leva-se em consideração

apenas o aspecto renda, excluindo fatores reais da vida de um indivíduo considerado pobre. Tal fato é muito importante, pois tomar a renda como único instrumento que influencia o bem estar é descartar outros fatores sociais que impactam de forma profunda na condição de vida do indivíduo ou família (SILVA; LACERDA; NEDER, 2011).

Diante dessa perspectiva, fica evidenciado a relevância em se estudar a pobreza levando em consideração as condições sociais e econômicas do contexto real em que uma família ou indivíduo estão inseridos, ou seja, é perceptível a necessidade de uma abordagem que considere as múltiplas dimensões desse estágio de privação e exclusão social e econômico.

Diante do exposto, é importante mencionar Sen (2000) que alerta que, estudos da pobreza podem começar com informações sobre a renda, mas não se deve levar em conta somente essa condição de privação, pois a pobreza é um problema que transcende o fator econômico.

Logo, diante do que foi discutido até aqui, fica evidenciado as limitações de se estudar a pobreza somente sob a ótica econômica, é necessário também buscaram descrever a temática da pobreza sob o enfoque estrutural como ela se apresenta.

2.2 Pobreza sob a ótica das dimensões estruturais

Ao discutir o enfoque das dimensões estruturais da pobreza, duas outras linhas teóricas podem ser acrescentadas, a das necessidades básicas e das capacitações.

A abordagem das necessidades básicas vai além das necessidades humanas relativas à alimentação, por abranger inúmeras necessidades humanas, tais como: habitação, saneamento, educação, entre outros. Diante dessa perspectiva, a pobreza engloba vários aspectos da realidade da vida das pessoas, além somente do fator nutricional, mas o padrão de vida que a pessoa está inserida (BARROS, 2014).

De acordo com Lopes; Macedo; Machado (2005), mensurar pobreza considerando a realidade social do padrão de vida dos indivíduos é a forma correta diante de tal complexidade, pois são considerados fatores imprescindíveis para o indivíduo levar uma vida saudável e ser incluído na sociedade. Para Rocha (2006), os fatores sociais que compõem a dimensão da vida se mostram tão importante quanto o fator “renda”, sendo assim, os estudos da pobreza precisa levar em conta tanto fatores

econômicos, mas principalmente fatores sociais que estabelecem a condição de vida de uma pessoa.

No quesito capacidade, Amartya Sen, nos anos de 1980 levanta a questão da importância de justiça e liberdade na vida de uma pessoa. Silva (2009) ao mencionar as contribuições de Sen para o debate a cerca da pobreza, pois esse estágio é caracterizado pela ausência de oportunidades mais básicas para o desenvolvimento do indivíduo como “cidadãos” em sociedade, essa carência resulta na privação do indivíduo possuir uma boa saúde, um nível educacional de qualidade, uma vida decente, o direito de exercerem suas liberdades, e ainda nessa corrente de pensamento focaliza não somente os direitos sociais, bem como os direitos civis e políticos. A intenção dessa abordagem não se restringe apenas à análise da pobreza, traz contribuições importantes para a teoria do bem-estar social e para a teoria do desenvolvimento socioeconômico e ainda a preocupação com o enfrentamento da pobreza.

Conforme Barros (2014) o fundamento básico da abordagem das capacitações é avaliar o bem-estar das pessoas, ou seja, ressalta a importância da pessoa conseguir atingir um nível de liberdade que lhe dará a sustentação para fazer escolhas que impactam na sua qualidade de vida.

Lopes, Macedo e Machado (2005) e Santana (2012), reconhecem a importância da inclusão das capacidades para mensuração e no estudo da pobreza. Mencionam que a pobreza apresenta várias faces e que as mesmas requerem um indicador que leve em consideração como o indivíduo percebe sua própria situação. A partir daí ressaltam que a abordagem das capacitações mensura a pobreza relativamente à capacidade dos indivíduos de exercerem suas liberdades.

Corroborando com esta ideia Alencar (2012) enfatiza que a pobreza, é constituída por diferentes dimensões, que agrega os elementos que se referem ao enfoque das necessidades básicas, como também destaca a capacidade das pessoas no que concerne às escolhas em relação ao bem-estar e os meios de atingi-los.

Conforme Silva, Araujo, Campelo entre outros (2014), o bem-estar é intimamente multidimensional sobre o ponto de vista das capacitações e funcionamentos. Assim, funcionamentos são cuidadosamente motivados por atributos como capacidade de ler e escrever, expectativa de vida, entre outros e não apenas através da renda. Em suma, a pobreza deve ser entendida como privação das capacidades básicas.

Quando passa a analisar e discutir os contornos da pobreza no Brasil, pode-se pontuar o estudo de Hoffmann e Kageyama (2006) desenvolveram uma análise sobre a pobreza no Brasil, defendem que esse fenômeno não pode ser identificado apenas a partir da insuficiente de renda, mas precisa levar em conta a privação no acesso a bens essenciais e a partir dessa constatação, classificam a população inserida na pobreza classificando esse grupo em três categorias: i) tipo I: insuficiência de renda; ii) tipo II: apenas falta de acesso a pelo menos dois de três equipamentos básicos (água canalizada, banheiro e luz elétrica) ; iii) tipo III: ou baixa renda combinada com a ausência dos três equipamentos básicos considerados extremamente pobres. E concluem que a pobreza do tipo I representa 90% da pobreza total; que houve uma redução da pobreza mais severa (tipo II e III); e ainda houve um crescimento pró-pobre no Brasil como um todo, evidenciando a queda da desigualdade na distribuição de renda.

Todeschini e Baço (2015) utilizando dados que centram nas regiões metropolitanas do Brasil no ano de 2011, criam um indicador de pobreza multidimensional e concluíram que as regiões metropolitanas localizadas no Norte e Nordeste brasileiro são as que possuíam maior número de pobres no período analisado. Porém, quando considerado os indicadores de pobreza em renda e em educação isoladamente, outras regiões aparecem entre os piores índices.

Já Silva, Araujo, Campelo (2014) apresentam outra forma de mensurar o problema estrutural da pobreza no Brasil. Os autores especificam uma linha de pobreza para cada dimensão e com isso, consideram uma pessoa como pobre, se esta se manteve abaixo de pelo menos em uma das várias linhas e, ainda utilizam o nível de privação, que é o hiato da pobreza. Os resultados apontam que das seis dimensões pesquisadas mostraram uma redução da proporção de pobres multidimensionais da população brasileira, de 24,24% em 2006, para 21,23% em 2012. Para as análises isoladas das regiões metropolitana, urbana e rural, verificou-se que a pobreza foi mais intensa na região rural. E entre as regiões brasileiras a situação mais grave de privação mais uma vez são as regiões Norte e Nordeste.

Outro estudo relevante a ser mencionado é o de Neder (2008), onde procura abranger um conjunto de variáveis que vai além da insuficiência de renda, incluindo condições domiciliares, de saneamento, de mercado de trabalho e de educação. E pontua que os indicadores de pobreza multivariada possui um ordenamento divergente quando

comparados com o ordenamento do indicador de pobreza baseado na escassez de renda para os estados do Brasil, principalmente para o ano de 2004.

Ainda com foco na área rural do Brasil, Silva, Araújo, Justo (2015) sob a perspectiva de pobreza multidimensional ou estrutural, delimitam uma linha de pobreza para cada dimensão, e concluem que as zonas rurais do Brasil continuam a ser mais pobres em relação às áreas urbanas, mesmo havendo melhora tanto em nível nacional quanto em níveis regionais, pois alegam que a intensidade da pobreza nas áreas rurais é decorrente da heterogeneidade, dispersão e falta de infra-estrutura básica. E concluem ainda que a situação de pobreza ainda se concentra na região Norte e Nordeste do país, estando em melhor situação as demais regiões.

Diante do discutido anteriormente, fica evidenciado através de vários estudos que as regiões Norte e Nordeste são sempre mencionadas como as mais carentes do país seja na área urbana ou na área rural, e que essa pobreza apresenta contornos estruturais e não apenas uma questão de desigualdade de renda.

2.3 Pobreza na região Nordeste do Brasil

Ao discutir a pobreza na região Nordeste do Brasil, é importante pontuar a presença desse fenômeno desde o início da colonização do Brasil nessa região propriamente dita, ou seja, foi possível constatar a necessidade de desenvolver uma produção de subsistência, a fim de alimentar os habitantes colônia (JUNIOR 2006).

Nesse contexto, Furtado (2011) ressalta que mesmo durante o período da economia açucareira – colonização – foi possível identificar algumas atividades complementares, no entanto, o atraso na estrutura social da população nordestina foi ficando cada vez mais evidente, pois é possível observar uma divisão de trabalho cada vez mais atrasada.

Diante dessa perspectiva vários estudos ao longo o tempo, sempre destacam a persistência dessa condição de desigualdade inter-regional no país, e identificam que o Norte e Nordeste sempre despontam na liderança de regiões mais frágeis diante das outras regiões do Brasil.

Essa visão é corroborada com estudo de Rocha (2003), onde ressalta que apesar de o processo de urbanização ter resultado na concentração de pobreza em torno das grandes metrópoles, esta privação continua a ter um caráter regional. Concluí que é

possível verificar de forma mais acentuada que na região Nordeste do país os pobres vivem sob condições mais adversas ainda.

Nesse sentido, ao demonstrar dados que apresentam o número e a proporção de pobres da região Nordeste é possível observar uma trajetória declinante ao longo período 1995-2014. Entre os anos estudados, a proporção cai mais de quarenta e três pontos percentuais no estado do Piauí de 68,16% para 24,22% - o que representa uma redução absoluta de 1,0 milhão de pessoas consideradas pobres nesse último ano.

Na concepção de Rocha (2010), essas mudanças positivas são resultados da retomada da atividade econômica de forma sustentada e implementação de políticas sociais que o país vivenciou a cada ano desde 2005 onde a proporção de pobres declina em todos os anos, atingindo mínimos históricos. No entanto mesmo com essas oscilações positivas em todos os estados, a região nordeste ainda apresenta percentual de proporção de pobres superior à média nacional. Enquanto no Brasil o percentual de pobres em 2014 é de 13,28% na Região Nordeste chega a 25,78%, conforme exposto na Figura 1.

Figura 1 - Números e proporção de pobres na região Nordeste, estados nordestinos e Brasil 1995- 2014

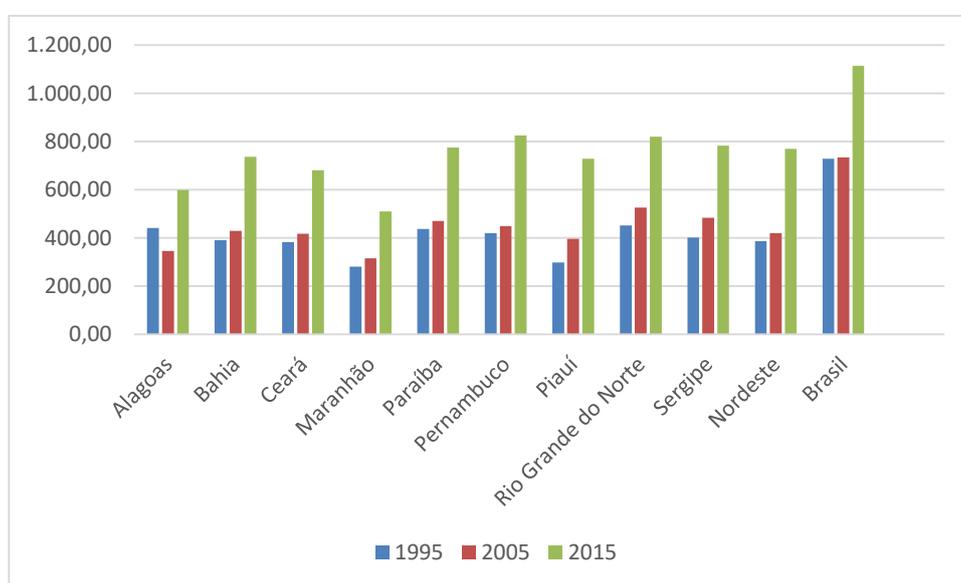
Região, Estados e Brasil	1995		2005		2014	
	Mil	%	Mil	%	Mil	%
		-				
Alagoas	1.608.269	62,06	1.853.577	60,45	1.046.441	31,87
Bahia	7.232.159	61,19	7.185.802	51,37	3.522.765	23,95
Ceará	4.002.834	60,51	4.129.759	51,92	2.155.936	24,88
Maranhão	3.421.613	68,88	3.713.578	59,97	2.234.753	33,97
Paraíba	1.884.687	57,81	1.838.802	51,13	872.572	22,60
Pernambuco	4.119.922	58,53	4.673.160	55,46	2.245.149	25,49
Piauí	1.790.881	68,16	1.717.413	57,05	770.761	24,22
Rio Grande do Norte	1.370.021	54,87	1.456.262	47,63	725.982	21,52
Sergipe	801.203	57,68	919.963	46,85	515.426	23,77
Nordeste	26.231.589	61,28	27.488.316	53,63	14.089.785	25,78
Brasil	51.784.426	35,07	56.032.401	30,83	25.888.565	13,28

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
Elaboração Própria

Para Júnior (2006) o que vem a agravar a situação social e econômica da região Nordeste é a concentração de renda e terras nas mãos de poucos, tais fatores fazem com que o desenvolvimento econômico e os benefícios deste desenvolvimento realizem -se em determinadas regiões em detrimento de outras, como é o caso das capitais e regiões metropolitanas.

Diante desta perspectiva a Figura 2 retrata a evolução da renda domiciliar per capita para os estados nordestinos e o Brasil, e foi possível notar que nos anos de 1995 e 2005, o maior rendimento domiciliar intra-região, o estado do Rio Grande do Norte, foi o que apresentou a maior evolução de aproximadamente 20,97%. No sentido diametralmente oposto, verifica-se que o estado de Alagoas e Maranhão foram os que mais apresentaram redução nos níveis de renda no período analisado. E quando se observa mais atentamente a renda domiciliar per capita da região, percebe-se que em todos os anos estudados esta é menor que a média da renda nacional, demonstrando assim que ao analisar sob a ótica da renda, a região Nordeste se mostra ainda que a fragilidade econômica desse espaço ainda é persistente.

Figura 2 - Evolução da renda domiciliar per capita para a região Nordeste, estados Nordestinos e Brasil 1995- 2015



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Elaboração própria

Dando ênfase ainda a desigualdade de renda e evidenciada de forma perversa na região Nordeste do Brasil a Figura 3, vem demonstrar o Índice de Gini⁴ para as demais regiões no intuito de fazer um comparativo. Verifica-se que o Índice de desigualdade de renda apresentou pequena redução no período analisado para todas as regiões brasileiras. Tal fato como enfatiza Santana (2012) se deve a um conjunto de indicadores como, por exemplo, os estímulos dos estados nos investimentos para a geração de emprego, a valorização do salário mínimo e a ampliação de políticas públicas de transferência de renda, permitindo o aumento dos rendimentos das pessoas. No entanto, a região Nordeste ainda apresenta percentual de desigualdade superior as demais regiões e até mesmo ao Brasil, o percentual nordestino é de 0,516 enquanto que no Brasil é de 0,518. Os resultados indicam que não houve tendência de aumento da concentração de renda no período estudado, no entanto o que se percebe é a marcante desigualdade entre as regiões.

Figura 3 - Evolução do índice de Gini nas cinco Regiões e no Brasil – 1995-2014

	1995	2005	2014
Região Centro-oeste	0,585	0,577	0,511
Região Norte	0,584	0,530	0,505
Região Nordeste	0,604	0,571	0,516
Região Sul	0,565	0,515	0,456
Região Sudeste	0,567	0,543	0,501
Brasil	0,601	0,570	0,518

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
Elaboração Própria

Dando continuidade na discussão sobre o comportamento da região Nordeste em relação ao Brasil, o atual estudo faz uso dos dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)⁵ com a intenção de avaliar as mudanças na qualidade de bem-estar do indivíduo da referida região.

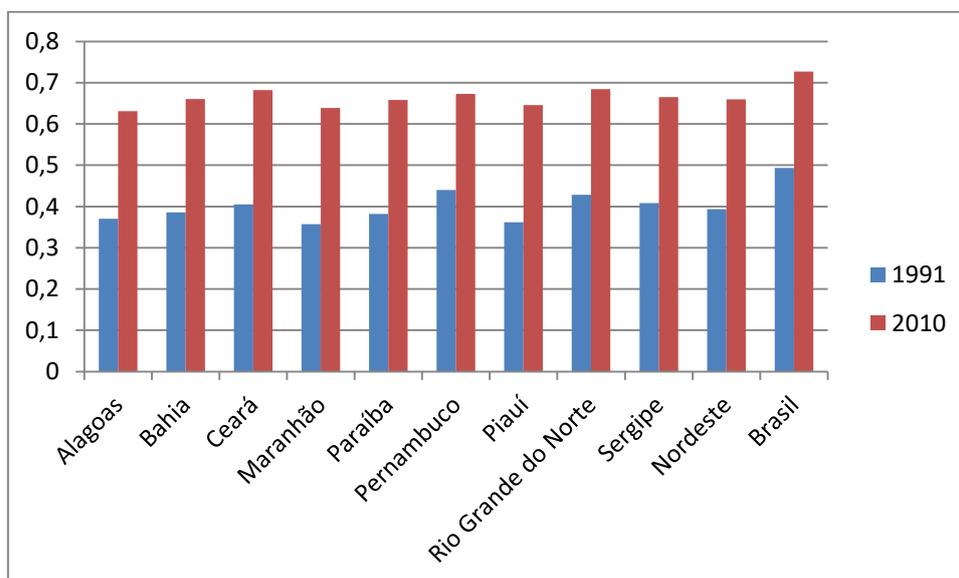
⁴ O índice de Gini mede a distribuição de renda de indivíduos numa sociedade, ele é 0 (zero) quando a renda é igualmente distribuída entre todos os indivíduos e igual a 1 quando toda a renda da sociedade é de um indivíduo enquanto o restante fica com renda nula.

⁵ referido índice é um indicador sintético que possibilita a avaliação da qualidade de vida da população e considera não só aspectos econômicos, como também sócio-culturais e políticos – mede o nível de desenvolvimento humano. É calculado considerando a expectativa de vida, o grau de escolaridade e a renda média da população, cuja escala varia entre zero e um. Quanto mais próximo a um melhor será a qualidade de vida. As nações que apresentam o IDH- superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto, as que se situam entre 0,500 e 0,799 são classificadas de médio desenvolvimento, logo

Nesse sentido, é possível observar que o IDH-M calculado para a o Brasil melhorou no decorrer do tempo, apresentando indícios de superação do nível de baixo desenvolvimento humano, no ano de 2010 atinge 0,727 pontos percentuais. A região Nordeste também mostra sinal de melhora para os anos estudados, os dados sinalizam que a região passa de nível de baixo desenvolvimento em 1991 com 0,3931 percentuais para nível de médio desenvolvimento em 2010 com a média de 0,6598 %. É interessante observar também que houve alterações significativas nas unidades de federação nordestina. Para o ano de 2010 os maiores IDH-M eram os dos estados de Pernambuco (0,673) e Rio Grande do Norte (0,684), enquanto o menor da região era o do estado de Alagoas (0,631).

]Todavia de uma forma geral, constata-se que embora os estados tenham mais que dobrado o seu IDH-M no decorrer dos anos, esses ainda estão numa situação considerada de baixo desenvolvimento humano frente a média nacional. A evolução do IDH-M brasileiro e nordestino pode ser percebida através da Figura 4.

Figura 4- Evolução do IDH-M Brasileiro e Nordestino, 1991-2010.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano
Elaboração Própria

Os dados dispostos até então vem demonstrar a real situação da região Nordeste em relação ao Brasil, onde foi possível constatar que ao comparar as unidades de federação com a média nordestina em alguns indicadores demonstrados anteriormente, a

as que estão compreendidas na faixa entre 0 e 0,499 apresentam desenvolvimento humano baixo,(ESPINOLA, G; SANTOS, M; ANDRADE, M. A,2010) .

região nordeste apresenta uma realidade bem mais frágil no quesito social e econômico em relação a média nacional.

Dando continuidade a essa discussão sobre a pobreza na região Nordeste do país, Mariano e Neder (2006), concluem que mesmo com as mudanças socioeconômicas ocorridas nos últimos cinquenta anos na região, não foram suficientes para a diminuição da desigualdade de renda e pobreza. Os autores, citam o estudo elaborado em 1959 pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), onde aponta alguns dos principais problemas da região.

O estudo abordava que a economia nordestina tinha sua base econômica apoiada em poucos produtos primários, notadamente, sobre a monocultura da cana-de-açúcar e por uma pecuária de criação extensiva com baixa produtividade. Eram nas grandes propriedades rurais que os trabalhadores sem-terra e pequenos agricultores buscavam emprego assalariado para o sustento de suas famílias. Os primeiros, em decorrência do alto grau de concentração de terras na região, e da ausência de uma política de reforma agrária eram obrigados a procurar empregos nas grandes propriedades. Por outro lado, os pequenos agricultores que cultivavam, essencialmente, produtos para subsistência de suas famílias ofertavam suas forças de trabalho nas grandes propriedades, como forma de complementar a renda familiar (MARIANO e NEDER, 2006, p. 222).

No entanto, para Rocha (2003), foi possível constatar significativas melhoras nas condições de vida da região, e esta melhora está vinculada à expansão de rede elétrica, água e coleta de lixo, assim como a rápida disseminação de bens duráveis nos domicílios.

No lado diametralmente oposto, Caldas e Sampaio (2009), concluem em seu estudo utilizando a abordagem multidimensional para a região que a mesma apresentou um dos mais elevados percentuais de domicílios sem acesso a itens de habitação e consumo, e ainda apresentou o pior desempenho em termos absolutos comparativamente das demais regiões.

Os estudos de Barros et.al (2012), encontram resultados divergentes das duas abordagens – multidimensional e unidimensional - para o estudo da pobreza para o Nordeste brasileiro. Segundo os autores, sob a abordagem estrutural da pobreza, observa-se que na região Nordeste, aproximadamente 57% de sua população em 2009 vivia sob essa ótica, ao passo que, para a análise da pobreza unidimensional – a renda - alcançou 35,55% dessa mesma população. Tal conclusão, sinaliza a divergência quando se analisa somente a pobreza sob a ótica da renda monetária.

O recente trabalho sobre a pobreza estrutural da região Nordeste desenvolvido por Ottonelli e Mariano (2014), é identificado algum grau de privação, principalmente nas capacitações relacionadas educação e a saúde e, também uma desigualdade quando se menciona a renda do chefe do domicílio

Esses estudos explicam que a pobreza toma contornos estruturais no Nordeste e, reforçam a importância do contínuo estudo da pobreza nessa região, pois quando comparada com as demais regiões, independentemente da metodologia utilizada, o Nordeste ainda apresenta os piores resultados (OLIVEIRA; SOUZA; JUNIOR, 2012).

Diante dessa perspectiva, é fundamental compreender a pobreza na sua forma estrutural, pois, apesar da importância dos recursos monetários para a redução da pobreza, somente eles não são suficientes para retirar parte da sociedade que se encontram nesse estado de privação.

Seguindo essa direção de análise, Silva, Lacerda e Neder (2011) enfatizam que interpretar a pobreza como um fenômeno estrutural, tal fato sinaliza sua importância e relevância para as políticas sociais, indicando a necessidade de uma atuação em conjunto, de forma não somente a retirar o indivíduo da pobreza, mas também de evitar o seu retorno a ela. Tal fato vem levantar para discussão que, não estar inserido na linha de pobreza, sob a ótica da renda, não significa que o cidadão ou sua família, não estão vivenciando uma realidade de privação social e econômica. Pois, nesse caso essa população pode estar apenas fora das estatísticas governamentais, porém estão vivenciando uma realidade de forte exclusão e frágil.

3 METODOLOGIA

Diante das características desta pesquisa e do caráter do problema de pesquisa formulado, a mesma pode ser classificada como exploratória, onde através de um panorama geral das visões buscou-se embasamento através de alguns autores, levantamentos bibliográficos, documental de artigos, notas técnicas, trabalhos acadêmicos e sites da internet.

Assim sendo, a metodologia proposta por este estudo é uma defesa embasada teoricamente, trazendo à discussão a importância em se utilizar para o estudo da pobreza utilizando as características sociais do “chefe da família”, com a intenção de verificar se as condições de vida sob a ótica dessas características foram alteradas ao longo do período analisado.

Os dados da região do Nordeste brasileiro serão extraídos dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), utilizados através do software estatístico Stata (STATA, 2012) e apresentados através figuras expositivas.

Nesse sentido, serão analisadas as características sociais da pobreza sob ótica estrutural ou multidimensional, dando ênfase a idade, educação, trabalho laboral, condições mínimas de moradia, abrangendo os anos de 1995, 2005 e 2015. Esses anos de análise são justificados por terem sido dos últimos três governos eleitos e que focaram em políticas de cunho social centrando na redistribuição de renda via transferência direta de renda. Deixa-se claro que não é objetivo desse estudo centrar nas discussões a respeito desse modelo de política social, no entanto, faz-se um breve relato a respeito de como esses governos implementaram esse programa de transferência direta de renda com o objetivo de enfrentamento da pobreza no país, deixando claro que intrinsecamente a pobreza seria enfrentada a partir da ótica unidimensional, ou seja, através da renda.

Em 1995, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, se concentrou no primeiro momento no combate ao processo inflacionário e, implementou o Plano Real com esse objetivo. E a partir do ano de 2001 implementa o modelo de vários Programa de Transferência Direta de Renda a nível nacional (auxílio-gás, bolsa escola, bolsa alimentação e cartão alimentação). Em 2004, o então Presidente Luís Inácio Lula da Silva através da Lei Federal nº 10.836, 9 de janeiro de 2004. Com a unificação, esse tipo de política de transferência de renda passa a ser denominado “Programa Bolsa Família” e com um forte apelo para a busca da erradicação da pobre e da pobreza

extrema no país. Objetivo este, que foi seguido pela então Presidente Dilma Rousseff, eleita em 2010.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise de uma estatística descritiva provenientes dos Microdados serão demonstradas a partir da Figura 5, em que serão apresentadas as condições sociais dos chefes de família na região Nordeste e no Brasil.

Foi possível constatar que o nível de idade média do chefe familiar cresceu 6,52% que representa, onde em 1995 a média da idade era 46 anos e em 2015, essa média passou para 49 anos.

Em relação ao sexo do chefe familiar os lares nordestinos passam a ter maior porcentagem de mulheres como pessoa de referência. Enquanto a taxa de participação dos homens declinou de forma praticamente contínua, acumulando uma queda de aproximadamente de 27,21%, a taxa de participação feminina como chefe de família apresentou uma evolução de aproximadamente 96%, entre os anos de 1995 e 2015.

Esses movimentos estão associados a transformações de ordem cultural e socioeconômica, bem como às alterações estruturais na economia como um todo e que repercutiram no mercado de trabalho. No que se refere às mulheres, a sua crescente participação é decorrente do seu ingresso ao mercado de trabalho e, também, da necessidade de complementação dos orçamentos familiares, esses são alguns dos pontos que produzem essas alterações nos arranjos familiares⁶ (RAMOS, 2007).

Outra característica do chefe de família do Nordeste, diz respeito a raça e, foi possível observar que quase 75,11% no ano de 2015, eram negros. Segundo Rocha (2006) esse fato se deve a particularidades da formação da população total de cada uma das áreas quanto a sua origem.

Ao analisar os indicadores de anos de estudos, é possível verificar a clara insuficiência de qualificações dos chefes de família da região nordestina. Embora no Brasil estes percentuais apresentem uma retração ao longo dos anos, na região Nordeste o nível de pessoas sem instrução ainda é persistente. No ano de 2015 cerca de 18,88% dessa população ainda não detinham de nenhum tipo de instrução educacional. Observando o percentual de chefes com 15 ou anos mais de estudos, nota-se que a

⁶ RAMOS, L. Desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. Rio de Janeiro, janeiro de 2007.

situação não é tanto divergente, tanto no Brasil como na região Nordeste este indicador apresentou crescimento no período estudado, no entanto a região Nordeste apresenta percentual muito abaixo que a média nacional. Os dados sinalizam forte desigualdade educacional, onde sinaliza que o nordestino se depara com deficiência no acesso a informações e que vai impactar no seu futuro e de suas gerações.

Figura 5 - Condições Sociais do Chefe de família na Região Nordeste, e para o Brasil nos anos 1995, 2005 e 2015

Variáveis	Categorias	1995		2005		2015	
		NE	BR	NE	BR	NE	BR
Idade	Média	46	45	46	46	49	49
Sexo (%)	Feminino	22,08	20,89	30,25	28,96	43,28	40,52
	Masculino	77,92	79,11	69,75	71,04	56,72	71,04
Raça (%)	Branco	29,27	54,37	30,09	48,17	24,46	42,38
	Negros (pardos e Pretos)	70,21	45,52	69,23	51,54	75,11	57,18
	Índios	0,12	0,1	0,29	0,29	0,43	0,44
Anos de Estudos (%)	sem instrução ou menos de 1 ano	35,58	21,02	26,47	16,28	18,88	11,7
	1 a 3 anos	6,65	6,2	5,51	4,81	4,28	3,42
	4 a 7 anos	5,4	7,59	5,88	6,97	5,34	5,67
	8 a 10 anos	2,6	3,59	3,51	4,31	4,28	4,86
	11 a 14 anos	2,78	3,22	4,44	5,23	6,56	7,23
	15 anos ou mais	4,11	6,3	5,16	7,52	7,77	11,82

Fonte: Microdados da PNAD.
Elaboração própria

Segundo IPEA (2005), as condições de moradia podem ser elencadas como uma das variáveis que impactam diretamente no setor da saúde. Tal fato se deve em grande parte, porque a população que não tem acesso à água canalizada, serviços de esgotos, a coleta de lixo periodicamente estão exposta a diversos tipos de doenças.

Nesse sentido a Figura 6 vem expor as condições moradia que ressaltam o acesso a saneamento básico, procedência da água, acesso à coleta de lixo domiciliar e existência de sanitário no domicílio. De posse desses dados, observa-se que tanto o Nordeste quanto o Brasil grande parte das variáveis seguiram uma tendência de melhora entre os anos selecionados. Os dados mostram que a “forma de escoamento” na

residência apresentou diferenças nos anos analisados, em 1995, 42,04% da população na região Nordeste seus domicílios tinham o escoamento sanitário através de “fossa rudimentar”, e no ano de 2015, era aproximadamente 25,73%, ou seja, houve uma redução de 16,31%. Em contrapartida o nível de “rede de esgotos” aumentou em 21,22 %, porém menor do que registrada para o Brasil, apontando para uma diferença em torno de 11%.

No quesito de “destino do lixo domiciliar” observa-se que a “coleta de lixo diretamente” apresentou uma evolução de aproximadamente 61,19%. A existência desse serviço, por si só, não é suficiente para dizer que a população está sendo bem assistida. Precisam ser levados em consideração aspectos que vão desde a periodicidade da coleta, até o destino que é dado ao lixo. Analisando as demais variáveis nota-se que a região Nordeste ainda apresenta percentuais altos em relação ao Brasil, como exemplo a “coleta do lixo” que é “queimada ou enterrado na propriedade”, essa variável representa no ano de 2015 aproximadamente 15,09 % enquanto no Brasil é em torno de 6,98%.

Uma terceira variável que compõe esta dimensão é a forma de “abastecimento de água” no domicílio. Apesar de todo o Nordeste ter avançado quanto a esse serviço, no entanto é perceptível uma redução em relação a “água canalizada em rede geral de distribuição” e um aumento de “poços e nascentes” na região, os dados sinalizam um aumento de 5,76% ao longo do tempo. Conforme Silva, Araújo e Campelo (2014) se a proveniência da água for da rede geral de distribuição o domicílio é considerado não privado, contudo, se for proveniente de poço ou nascente, ou outra providência é denominado privado do bem. Assim sendo os dados mostram que ainda existem um percentual significativo de privação de água potável, proveniente da rede geral de distribuição para a população nordestina que ainda convive com uma severa escassez de água potável.

Dando continuidade a análise da Figura 6, sob a ótica das condições de saneamento básico é a condição sanitária do domicílio. É perceptível o aumento dos domicílios que possuem banheiro, percentual que atinge em torno de 90% na região Nordeste em 2015. E a inexistência de banheiros apresenta 4,3%, nesse indicador a média o Brasil é de aproximadamente 5,28%.

Figura 6 - Condições de Moradia na Região Nordeste e no Brasil nos anos de 1995, 2005 e 2015.

	1995	2005	2015
--	------	------	------

	Categorias	NE	BR	NE	BR	NE	BR
Forma de escoamento na residência (%)	Rede de esgoto ou pluvial	23,05	39,75	3 7,56	44,02	44,27	55,25
	Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial	7,10	11,23	4,06	10,85	5,34	7,67
	Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial	20,22	14,36	16,26	15,63	21,21	17,66
	Fossa rudimentar	42,04	28,6	36,81	24,93	25,73	16,42
	Vala	3,95	2,57	3,21	2,12	2,18	1,36
	Direto para o rio, lago ou mar	2,27	2,96	1,79	2,28	1,09	1,52
	Outra forma	1,36	0,51	0,31	0,2	0,18	0,14
Destino de Lixo Domiciliar (%)	Coletado diretamente	44,21	65,09	65,14	77,63	71,26	83
	Coletado indiretamente	14,93	8,12	12,61	8,15	11,9	6,98
	Queimado ou enterrado na propriedade	11,94	13,71	13,94	10,82	15,09	9,21
	Jogado em terreno baldio ou logradouro	27,94	11,65	7,85	3,08	1,67	0,68
	Jogado em rio, lago ou mar	0,91	0,65	0,24	0,13	0,02	0,05
Procedência da Água utilizada no domicílio (%)	Outro destino	0,52	0,8	0,24	0,2	0,06	0,09
	Rede Geral de Distribuição	95,62	88,66	87,43	92,73	89	87,09
	Poço ou Nascente	4,22	11,22	12,27	6,82	9,98	12,46
Existe banheiro ou sanitário no domicílio (%)	Outra Proveniência	0,15	0,12	0,3	0,45	1,02	0,45
	Sim	75,6	88,92	88,21	94,72	95,7	98,04
	Não	24,39	10,67	11,79	5,28	4,3	5,28

Fonte: Microdados da PNAD.
Elaboração Própria

Corroborando com esta análise, segundo dados do IPEA o percentual de “domicílios com água potável”, é possível observar a ocorrência de uma expansão média ao longo dos anos, mas na região Nordeste cerca de 13% da população não tinha acesso a água potável diretamente da “rede geral de distribuição”.

Nesse sentido, o mercado de trabalho se apresenta como uma importante variável para o enfrentamento dos problemas anteriormente expostos. Pois, uma boa oportunidade no mercado de trabalho leva o chefe da família a rendimentos melhores e conseqüentemente melhores condições sociais.

Diante dessa perspectiva, a literatura sobre mercado de trabalho no Nordeste aponta a recuperação deste mercado diretamente correlacionado com a nova dinâmica da economia nordestina de dinamização do consumo, do crédito e do investimento, conjuntamente com o aumento da participação dos programas sociais e à implementação da política de valorização do salário mínimo, tudo isso impactando de forma positiva, ou seja, novas vagas de trabalho formalizado, cenário visualizado principalmente depois dos anos de 2005.

A Figura 7 apresenta as condições de trabalho laboral para a região nordestina no período de 1995- 2015, é observado uma evolução no quesito “população ocupada” acima do crescimento da “população economicamente ativa”, os dados sinalizam que esse crescimento dos ocupados pode está diretamente relacionado com o aumento de empregos formais. Tal fato sinaliza também o aumento de vagas de emprego com “carteira assinada”, onde essa variável apresentou uma evolução de aproximadamente 37,96%. Ressalta-se, uma expressiva redução do “empregador por conta própria” e um aumento com percentual maior que a média brasileira dos trabalhadores que trabalham para o “próprio consumo”, que pode ser explicado pela expansão e consolidação das políticas sociais no país e, em especial, na região Nordeste.

Contudo, apesar dos avanços observados é possível constatar a permanência de um alto grau de informalidade, medido através do percentual de trabalhadores “sem carteira assinada” na região. Em 2015 cerca de 50,34 % dos nordestinos estavam alocados em trabalhos sem a proteção social determinada pela Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) .

Apesar desse processo de reconfiguração do mercado de trabalho regional, principalmente no Nordeste, com aumento de postos de trabalho formalizados, ainda existia em 2015 um importante percentual da população nordestina a ser incorporado nessas vagas. Esse fato pode estar relacionado ao tipo de ocupação que o trabalhador nordestino possui. Observando ainda a Figura 7 no quesito “ocupação por setor” verifica-se que uma parcela significativa de trabalhadores nordestinos estão localizados no setor agrícola. Os dados sinalizam uma evolução de 16,07% desses trabalhadores ao longo do tempo, percentuais maiores que a média nacional. Esses dados sinalizam que a possibilidade que dificilmente esses trabalhadores terão proteção social estipulada pela CLT, tal fato incrementa assim a média de trabalhadores informais da região.

Dando continuidade à análise da Figura 7, sob a ótica das condições de ocupação por setor é perceptível um crescimento de trabalhadores na área de produção de bens e

serviços, essa atividade de serviços permaneceu respondendo pela maior parte dos ocupados (26,86%) no País, e na Região Nordeste (24,18%). Em contrapartida observa-se uma redução de aproximadamente 80% de trabalhadores técnicos de nível médio entre 1995 e 2015. Em relação aos trabalhadores agrícola estes também apresentaram mudanças significativa, os dados sinalizam um crescimento de 23,51 pontos percentuais para os anos 1995 e 2005, no entanto em 2015 esse indicador apresenta uma redução de 7,44%. Conforme Junior (2006) esse aumento de participação no setor de bens e serviços é decorrente do nível de renda que remunera esses trabalhadores, ou seja, os trabalhadores do setor de serviços, possuem renda maior que aqueles envolvidos no primeiro setor da economia. Assim ocorre um fluxo natural da força de trabalho que migra para a atividade que melhor remunera.

Em termos de “renda do trabalho principal”, verifica-se que a renda média na região Nordeste no período analisado foi aproximadamente 60% menor que a média verificada para o Brasil.

Outro ponto importante a ser analisado é as “condições de ocupação” do mercado de trabalho onde se refere a proporção do chefe familiar que possui aposentadoria. Nota-se que o percentual é baixo comparado com o nível total, isto é, em média apenas 20% desses indivíduos conseguem ser beneficiário desse tipo de renda. Os dados sinalizam que tanto a região Nordeste como o Brasil verifica-se um baixo crescimento desses benefícios nos anos estudados, para o ano de 2015 cerca de 80% dos chefes nordestinos e brasileiros não detém desse benefício.

Figura 7 - Condições no Mercado de Trabalho na Região Nordeste e no Brasil nos anos de 1995, 2005 e 2015.

Variáveis	Categorias	1995		2005		2015	
		NE	BR	NE	BR	NE	BR
Posição na Ocupação do Trabalho Principal (%)	Empregado permanente nos serviços auxiliares	24,33	32,8	24,72	32,06	27,34	35,22
	Empregado permanente na agricultura *	0,27	0,52	0,25	0,34	0,23	0,37
	Empregado permanente em outra atividade	6,88	7,07	6,66	7,25	7,79	8,31
	Empregado temporário	17,49	14,9	18,91	15,74	15,41	12
	Conta própria na agricultura **	0,51	0,83	1,1	1,54	1,6	2,03
	Conta própria em outra atividade	2,23	2,43	3,46	3,47	4,75	4,32
	Empregador na agricultura ***	40,27	31,94	35,3	29,9	32,55	29,17

	Empregador em outra atividade	4,98	6,83	5,14	6,41	3,91	5
	Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar	2,74	2,31	3,92	2,77	5,8	3,09
	Outro trabalhador não remunerado			0,15	0,17	0,13	0,13
	Trabalhador na produção para o próprio consumo	0,29	0,31	0,37	0,35	0,49	0,36
<hr/>							
Renda Do Trabalho Principal ¹		966	1525	1885	2862	1360	2067
	Ocupada	96,99	96,88	95,01	95,63	93,66	94,57
	Desocupada	3,01	3,12	4,99	4,37	6,34	5,43
Condições de Ocupação (%)	Empregados com Carteira Assinada	35,96	46,23	31	40,80	49,61	60,61
	Empregados sem Carteira Assinada	64,04	53,77	69	59,2	50,39	39,9
	Aposentado	20,76	18,89	19,41	19,17	21,71	21,68
	Não aposentado	79,24	81,1	80,59	80,83	78,29	78,32
<hr/>							
Ocupação por setor (%)	Dirigentes em geral	4,92	6,43	4,93	6,86	4,24	5,91
	Técnicos de nível médio	29,51	19,6	5,38	6,71	5,91	7,05
	Trabalhadores de serviços administrativos	18,68	22,7	4,86	5,36	5,63	6,22
	Trabalhadores dos serviços	13,09	11,84	17,53	17,54	20,56	20,04
	Vendedores e prestadores de serviço do comércio	5,43	6,63	9,87	8,85	10,83	9,1
	Trabalhadores agrícolas	5	5,71	28,51	19,41	21,07	14,76
	Trabalhadores da produção de bens e serviços	12,37	12,8	23,66	28,3	24,18	26,86
<hr/>							
Condição de Atividade (%)	Economicamente ativa	80,17	81,1	77,36	78,11	67,29	69,79
	Não Economicamente Ativa	19,83	18,8	22,63	21,88	32,71	30,21

* Empregado permanente na agricultura, silvicultura, ou criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos

** Conta própria na agricultura, silvicultura ou criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos

*** Empregador na agricultura, silvicultura ou criação de bovinos, bubalinos, caprinos, ovinos ou suínos

Nota¹ : valores atualizados para dezembro de 2015, deflator IPCA

Fonte: Microdados da PNAD.

Elaboração Própria

Assim, os dados expostos sinalizam uma permanência de desigualdade social no mercado de trabalho, o que alimenta fluxos natural migratórios de ocupação e contribui para os rebaixamentos de níveis de salários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que houve reduções nos níveis de pobreza durante o período estudado, principalmente no intervalo de 1995 a 2005. Nesse período, a região nordeste se beneficiou, como o restante do país, dos efeitos do Plano Real no ano de 1995 em que reduziu suavemente a proporção de pobres, sendo que uma das frentes pela busca desse desempenho pode ser pontuado através da redução do severo processo inflacionário que a economia brasileira vinha sofrendo, no entanto no ano de 2015, observa-se a ascensão da trajetória de pobres na região nordeste, ou seja, sinaliza que a pobreza voltou a aumentar na região. Essa constatação é também possível ser verificada seja através da renda domiciliar per capita, ou através do aumento da concentração de renda nessa localidade. Logo, é possível concluir que a fragilidade econômica da região ainda se apresenta persistente.

Essa fragilidade, também foi identificada através do índice de desenvolvimento, onde é perceptível que embora apresente uma evolução positiva em todos os estados nordestinos no período analisado, a região mostrou-se numa situação considerada abaixo da média nacional.

Diante dessas perspectivas, observa-se que mesmo existindo condições de melhora entre alguns indicadores na região nordeste, mas quando comparada com o nível nacional, a mesma apresenta forte fragilidade em todas as variáveis estudadas. Relativamente, ao padrão de vida do chefe de família é perceptível que parcela significativa desses indivíduos não se engloba nas melhorias ocorridas, ficando a mercê da pobreza. Tal fato sinaliza que a região Nordeste enfrenta uma pobreza de caráter estrutural.

É evidente que mesmo diante de políticas públicas adotadas no intuito de combater a pobreza essas não conseguiram eliminar totalmente esse problema, uma vez que são políticas compensatórias e assistencialistas, em vez de serem políticas sustentáveis que atuem em conjunto, de forma de não somente retirar o indivíduo da pobreza, mas também de evitar o seu retorno a ela.

Por fim, espera-se que a proposta no atual estudo venha contribuir para levantar a discussão sobre os problemas sociais e econômicos persistentes na região Nordeste e no Brasil como um todo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, P. L. A. Pobreza no nordeste do Brasil: uma análise multidimensional para o período 2001 – 2009. 2012. 70 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.

BARROS, F. F. R. Análise da pobreza unidimensional e multidimensional no Nordeste do Brasil em 2009 e 2012. Fortaleza: ANPEC, 2014.

CALDAS, R. M.; SAMPAIO, Y. S. B. Pobreza no Nordeste Brasileiro: uma análise multidimensional. Fortaleza, 2012.

CORRÊA, Lucilena F.C. A POBREZA ESTRUTURAL NO NORDESTE METROPOLITANO: Uma Análise das suas Características. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).[Tese de Doutorado]. Recife-PE. 2013

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento Científico**. Atlas: São Paulo, 2000.

ESPINOLA, G; SANTOS, M; ANDRADE, M. A incidência da pobreza no Brasil: uma análise empírica, 1992-2005. Bahia, 2010.

FURTADO, C. S. V. Análise sociológica da pobreza brasileira: classe e raça. **Revista eletrônica de ciências sociais**, ano 2, v. 3, p.14, maio.2008.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Companhia das Letras: São Paulo, 2007. P. 101- 106.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. Atlas: São Paulo, 4 ed.2002.

GONÇALVES, H.F; ARAÚJO, J. B. Evolução histórica e o quadro socioeconômico do Nordeste brasileiro nos anos 2000. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara/RS - v. 12, n. 1, p. 193- 204 jan./jun. 2015

JÚNIOR, L. H. S. **Pobreza na população Rural Nordestina: Análise de suas características durante os Anos Noventa**. BNDES: Rio de Janeiro, 2006.

KAGEYAMA. A; HOFFMANN. R; Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. Campinas, 2006.

LOPES, H; MACEDO, P; MACHADO, A. Análise de pobreza com indicadores multidimensionais uma aplicação para o Brasil e minas gerais. Rio de janeiro, 2005.

MARINHO, E; LINHARES, F ; CAMPELO, G. Os programas de transferência de renda do governo impactam a pobreza no Brasil? **Revista Brasileira de Economia e sociologia Rural**. Rio de janeiro, v.65, nº3, Jul./Set. 2011.

MARIANO, J.L; NEDER, H.D. Desigualdade de renda e pobreza entre Famílias no meio Rural do nordeste. **Economia e Desenvolvimento**, Recife (PE), v. 5, n. 2, p. 221-242, 2006.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. Perfil da pobreza: Norte e Nordeste rurais. Brasília, Abril de 2016. Disponível em:< http://www.ipc-undp.org/pub/port/PRB50PT_Perfil_da_pobreza_Norte_e_Nordeste_rurais.pdf>>. Acesso em: 08 out.2016.

NEDER, H. Um Estudo sobre a Pobreza Rural com Abordagem Multivariada. In: **Congresso Da Sociedade Brasileira De Economia, Administração E Sociologia Rural**, 46. 2008, Rio Branco. *Trabalhos Apresentados...* Rio Branco, AC: SOBER, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/633.pdf>>. Acesso em: 21 Nov. 2017.

OLIVEIRA, N.; SOUZA, S.; JUNIOR, A. D. Desenvolvimento das famílias e a pobreza no nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de políticas públicas**. Brasília, v.5, nº 3, p. 242-257, Jul./Dez. 2015

OTTONELLI, J; MARIANO, L. J. Pobreza multidimensional nos municípios da Região Nordeste. **Rev. Adm. Pública**. Rio de Janeiro, v. 48, nº 5, Set./Out. 2014.

PEREIRA, C. P. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. Brasília, 2006.

SANTANA, E. Mª J. A pobreza no Brasil na década de 2000: políticas e resultados. 2012. 57 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal da Bahia, Bahia.

SILVA, A. F; ARAUJO, J. A; JUSTO, W. R; Análise Da Pobreza Multidimensional No Brasil No Período De 2009 A 2015. **Econ. NE**, Fortaleza, v. 48, nº 2, p. 9-24, abr./jun. 2015.

SILVA, A. F; ARAUJO, J. A; CAMPELO, G. L. Análise da pobreza multidimensional no Brasil. 2014

SILVA, A. M.; LACERDA, F.; NEDER, H. A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.21, n.3 p.35, jul./set. 2011.

SILVA, J. J; Pobreza e Desigualdade no Nordeste sob a privação de Liberdade. **Anais do I Encontro Pernambucano de Economia**. Recife: Corecon-PE, 2013. P 235- 257.

TODESCHINI, C; BAÇO, F. Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise das regiões metropolitanas. **Informe Gepec**, Toledo, v. 19, n. 2, p. 57-71, jul./dez. 2015

RAMOS, L. Desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. Rio de Janeiro, janeiro de 2007.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Editora FGV: Rio de Janeiro, 3 ed, 2006. P 7-30.